

IX ENCONTRO DA ABCP

Cultura política e democracia

**MUDANÇAS DE ATITUDES POLÍTICAS DE JOVENS NO CONTEXTO DE  
PROJETOS DE EDUCAÇÃO CÍVICA: A EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO  
JOVEM MINEIRO**

Marina Rodrigues Siqueira  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

# MUDANÇAS DE ATITUDES POLÍTICAS DE JOVENS NO CONTEXTO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO CÍVICA: A EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO JOVEM MINEIRO

Marina Rodrigues Siqueira (UFMG)

## Resumo

Programas de educação cívica, ou educação para cidadania, são recorrentes no mundo desde o período da terceira onda de democratização em 1970. Estes programas, geralmente, possuem como objetivo transmitir e desenvolver em seu público alvo habilidades cívicas, os municiando de conhecimento a respeito do sistema político e econômico. Há o pressuposto que os regimes democráticos necessitam de um perfil de cidadãos com valores, atitudes, cognição e ações congruentes, capazes de legitimá-lo, e dessa forma, os programas de educação cívica possuem uma função socializadora de catalisar as habilidades necessárias do comportamento político esperado. O Parlamento Jovem (PJ) é um programa de educação cívica promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a PUC Minas, destinado aos alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas. O PJ possui a duração de um semestre e desenvolve atividades de formação política e participação, sendo que ao final, os alunos propõem projetos de leis os quais são votados no plenário da ALMG. Desse modo, o objetivo desse artigo é compreender a dinâmica da mudança das atitudes políticas promovidas nos jovens em decorrência de sua participação no projeto. Haja vista que as atitudes são as dimensões do comportamento político que mudam em uma menor velocidade se comparados a outras dimensões como cognição e valores, a participação dos jovens no PJ seria suficiente para promover uma mudança significativa de atitudes? Essa mudança ocorreria em um sentido mais democrático? As perguntas são analisadas a partir do quase-experimento realizado em 2008 pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, a qual contou com grupo de tratamento e controle. Os resultados apontam que Parlamento Jovem configura-se como um espaço de socialização cuja função é reforçar as atitudes políticas obtidas nas principais instituições socializadoras, família e escola, não sendo observado um efeito significativo próprio sobre as atitudes analisadas. As possíveis explicações desse fenômeno são encontradas na literatura sobre socialização política de jovens e adultos e nas teorias das mudanças de atitudes.

## Palavras-chave:

Cultura política, juventude, socialização política, educação cívica, atitudes políticas, Parlamento Jovem.

## 1. INTRODUÇÃO

*"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original." Albert Einstein*

O presente artigo desenha-se em consonância com o campo de estudo do comportamento político. Para Putnam (1996), Inglehart (1989), Galston (2001), entre outros autores, as democracias requerem cidadãos com crenças, valores e atitudes apropriados para legitimá-las, dar sustentação e atribuírem qualidade à gestão. Isso porque os interesses populares devem estar alinhados com o desenvolvimento institucional, fazendo com que os cidadãos se informem, votem, participem, se organizem e posicionem suas opiniões frente ao Estado. Em democracias ainda jovens ou em momentos de instabilidade em relação às instituições, o próprio Estado ou até mesmo outros agentes podem criar, como mecanismo estratégico, programas e projetos para o desenvolvimento massivo das habilidades desejadas por eles, como já dito, crenças, valores e atitudes democráticas dos cidadãos. Essas ações são chamadas de "educação cívica".

Os estudiosos sobre educação cívica (FINKEL, 2011; SLOMCZYNSKI E SHABAD, 1998,) relatam experiências com jovens e adultos e concluem que geralmente os programas e projetos de educação cívica possuem impactos positivos sobre conhecimento, participação política, valores democráticos, normas, tolerância, eficácia institucional e confiança. Será esse o mesmo caso do projeto de educação cívica Parlamento Jovem Minas? Essa pergunta se torna relevante, uma vez que essas experiências como mecanismo socializador mudam significativamente de cultura para cultura (SAPIRO, 2004). Como Sapiro (2004) argumenta, as teorias de socialização política e atitudes reconhecem que precisam de trabalhos em diferentes culturas para a construção de modelos teóricos gerais que darão maior legitimidade as suas inferências. Este trabalho busca contribuir academicamente neste sentido.

No Brasil, durante 21 anos, observou-se uma tendência de rejeição à política em que a maior parte dos jovens distanciou-se dessas atividades, por vezes se atendo somente à prática do voto. Ou seja, entre os períodos de 1992, com o movimento dos Caras Pintadas, que culminou no *Impeachment* do presidente Collor, e as manifestações que tomaram as ruas do país em junho de 2013, não se verificou com veemência a participação juvenil efetiva nos espaços formais de participação. Em tempos em que a juventude brasileira parecia adormecida, houve uma protagonização do Estado e também de agentes da sociedade civil, numa tentativa de estimular a juventude à mudança de atitudes e ao engajamento cívico, pois, como a escola da cultura política argumenta, para que se constitua um regime democrático estável há a necessidade de cidadãos com valores democráticos congruentes com ele, e, por isso, por vezes, há necessidade de mecanismos externos de ativação política.

O Projeto Parlamento Jovem (PJ) se configura como um programa de educação cívica que foi originado em 2004 através de parcerias realizadas entre a PUC Minas, por meio do curso de Ciências Sociais, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), representada pela Escola do Legislativo de Minas Gerais (ELMG), juntamente com a Comissão de Participação Popular (CPP), e escolas do ensino médio de Belo Horizonte. O PJ mineiro é um projeto de formação política de jovens que apresenta características peculiares em seu desenvolvimento. Ele se diferencia dos demais Parlamentos Jovens existentes no Brasil por não se tratar de uma simulação, mas sim de uma experiência de participação direta.

Este artigo propõe-se a discutir as mudanças de atitudes proporcionadas pela experiência do Parlamento Jovem e responder a seguinte questão: quais são as mudanças que ocorrem em relação às atitudes políticas daqueles que tiveram a experiência de vivência do Parlamento Jovem Minas? Para subsidiar uma análise aprofundada sobre as mudanças de atitudes, outras perguntas foram formuladas. De fato, há mudanças perceptíveis? Pode-se afirmar que as atitudes mudam na direção democrática em decorrência da participação no projeto?

Para responder a essas perguntas, analisou-se se o Projeto Parlamento Jovem foi capaz de modificar as atitudes na escola (espírito democrático) dos seus participantes. Segundo a literatura, as atitudes são as dimensões da cultura política que modificam em ritmo mais lento se comparadas com outras áreas do comportamento político, como participação e a cognição.

## **2. A FORMAÇÃO DAS ATITUDES**

Atitude é uma predisposição de responder a uma situação de uma determinada forma, expressa de maneira afetiva por meio de “sentimentos”, em especial de gostar ou não gostar (ou ser indiferente) de alguma coisa ou de alguém (FUKS, 2011)<sup>1</sup>. De acordo com Krosnik (1990), as atitudes precedem o comportamento. “*Therefore, changing the attitudes would change behavior*” (KROSNICK, 1990, p. 1). Percebe-se, dessa forma, o papel estratégico das atitudes na formação política dos cidadãos comprometidos ou não com regimes democráticos. Para os cidadãos terem ações de cidadania condizentes com o regime democrático, devem primeiramente obter atitudes democráticas.

A formação das atitudes políticas se desencadeia a partir de experiências socializadoras em que os indivíduos estão expostos cotidianamente. Psicólogos sociais e

---

<sup>1</sup> Conceito formulado dessa forma pelo professor durante a disciplina de Cultura Política oferecida pelo DCP em 2011 ao programa de pós-graduação em Ciência Política.

<sup>2</sup> Tradução nossa: “*Portanto, mudar as atitudes seria mudar o comportamento*” (KROSNICK, 2005, p. 1).

cientistas políticos<sup>3</sup> se debruçaram em pesquisas, principalmente a partir da década de 1960, para entender qual a fase do desenvolvimento humano é a mais propícia para a aquisição de opiniões e valores que irão formar as atitudes políticas que influenciarão o cidadão adulto ao longo de sua vida. Também buscaram entender quais as agências de socialização – família, escola, ambiente de trabalho, grupos, programas de educação cívica, entre outros – são mais decisivas para se constituírem as atitudes e, em consequência, desencadear comportamentos.

A princípio, as conclusões apontavam que as atitudes formadas na infância permaneciam inalteradas durante a vida adulta, ou seja, as atitudes se cristalizavam. Recentemente, estudos (FINKEL, 2003) apontam que mudança nas atitudes podem ocorrer em todas as fases da vida e, por isso, são consideradas mais voláteis em relação às primeiras teorias. O tema de fundo desse debate teórico era o seguinte: as atitudes são resistentes ou não ao longo do tempo?

O *Dicionário de Política*, de Norbert Bobbio (2000), representa esse paradoxo teórico ao apresentar o verbete de “socialização política”. Segundo o dicionário, é a partir da socialização política que se formam atitudes, valores, predisposições e concepções que são as gêneses para o comportamento político. No entanto, há duas tradições. A primeira considera que a socialização nos primeiros anos de vida, proporcionada pela família e pela escola, deixa efeitos duradouros durante a fase adulta e, neste aspecto, a mudança acontece de forma lenta e gradual a partir das substituições de gerações. A segunda postula que a socialização política ocorre em todas as fases da vida, sendo que a socialização dos primeiros anos de vida não é capaz de impedir rupturas profundas entre gerações, devido à possibilidade de mudanças em médio e curto prazo.

Situando-se no centro da divergência das linhas teóricas, busca-se analisar o desempenho da mudança de atitudes dos jovens participantes do programa de educação cívica Parlamento Jovem Minas. Essas mudanças de fato ocorrem ou as atitudes já se encontram cristalizadas? Qual é o grau esperado de mudança de atitudes dos jovens nessa faixa etária enquanto participantes de programas de educação cívica?

## **2.1. Teoria clássica da formação das atitudes**

Três obras pioneiras alavancaram os estudos sobre socialização política: a primeira de Hyman (1959), com o livro “*Political Socialization: a study in the psychology of political behavior*”, que revisa a literatura sobre socialização política até sua época e conferiu consistência ao conceito; posteriormente o estudo de Easton e Hess publicado em 1962, da Universidade de Chicago, com a pesquisa “*The child’s political world*”, publicada no *Midwest*

---

<sup>3</sup> Hyman (1959), Easton e Dennis (1962) e Greenstein (1968) Jennings *et al.* (1971), entre outros.

*Journal of Political Science* (1992, v. 6); e, por fim, o estudo de Greenstein, da Universidade de Yale, com a obra “*Political Socialization*”, publicada em “*International Encyclopedia of the Social Science*”, 1968.

Para Hyman, a infância era considerada uma fase relevante para a construção de atitudes estáveis para o cidadão ao longo do tempo, concepção diferenciada da compreensão predominante até sua época de que as crianças eram sujeitos apolíticos e que deveriam ser preservados até a idade adulta. Em seu estudo, buscou examinar como as atitudes se formam nos cidadãos, em um sentido geracional, ou seja, através da transmissão de valores e crenças da família para a criança. Para verificar sua teoria, sistematizou três dimensões de atitudes: a) em relação à participação política; b) diante das tendências autoritárias; e c) pela identificação ideológica partidária dos cidadãos. Ao final, concluiu que a origem do comportamento dos cidadãos nessas dimensões era formada na infância, principalmente por influência da família e seu efeito era duradouro (HYMAN, p. 45).

Em conformidade com Hyman, para Easton e Dennis (1969, p. 7), a socialização é tida como um processo de desenvolvimento no qual as pessoas adquirem orientações que definirão seus padrões de comportamento futuros e estes são importantes para manutenção do “sistema político”. Esses autores, no início da década de 1960, encabeçaram um estudo nos Estados Unidos em que entrevistaram mais de 12 mil crianças, solidificando assim, através de uma metodologia forte, o campo da socialização política de maneira decisiva e firmando a concepção da precocidade da formação das atitudes nos cidadãos.

A partir disso, Easton e Dennis (1969) apresentaram uma cronologia do desenvolvimento das atitudes políticas: por volta dos 8 anos de idade, as crianças já possuem opção partidária consolidada; aos 13, as atitudes e valores políticos já estão cristalizados; a partir dos 14 anos, o adolescente começa a compreender o sistema político mais amplo; no entanto, suas orientações atitudinais pouco mudam, mantendo assim a estabilidade do sistema político.

## **2.2. Teoria contemporânea da formação das atitudes**

A perspectiva clássica dos estudos sobre socialização política permaneceu até o início da década de 1970. No entanto, nesta década, segundo Nieme e Sobieszek (1977, p. 210), uma série de estudos começa a relativizar a rigidez com que a infância era considerada como o momento único da socialização em contraponto com as outras fases da vida dos indivíduos, como a adolescência e a fase adulta. A pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos por Jennings e Nieme (1974) causou a ruptura com a teoria clássica. O objetivo deste estudo era determinar as fontes que originavam as ideias políticas dos jovens. Para isso, investigaram o aprendizado político dos “pré-adultos”, termo utilizado pela

literatura. Com uma metodologia que considerou quatro décadas e três gerações em um painel, demonstraram que a família não é a única agência socializadora e que crianças que nascem em lares de pais desengajados ou em condições socioculturais e econômicas desfavorecidas não estão fadadas à apatia política nem à repetição do comportamento dos pais, como defendia a escola clássica. Nesses casos, a escola é agência decisiva na formação das atitudes que influenciarão a vida política desses cidadãos.

Ao considerarem a infância como berço da formação de atitudes, os autores clássicos não conseguem explicar grandes rupturas ocorridas em sociedades em curto período de tempo. As crianças não são como *tábulas rasas* que, como uma esponja, absorvem todo o comportamento dos pais para depois os reproduzirem; se isso fosse verdade, grandes transformações sociais não seriam possíveis. Observa-se que a estrutura social é dinâmica, adapta-se às questões econômicas, culturais e políticas e também apresenta demandas novas diante de seu desenvolvimento ao longo do tempo. Ou seja, quando há uma ruptura drástica do sistema, não quer dizer que as novas concepções dos cidadãos, seja de resistência ou apoio à mudança, irão ser descoladas de suas primeiras, mas reestruturadas cognitivamente a partir das concepções antigas, principalmente dos valores aprendidos na família.

Para medir com propriedade os efeitos de transmissão de valores, atitudes e comportamentos no âmbito da família, Jennings e seus colaboradores fizeram um grande estudo de painel, a partir da década de 1960, com o intuito de analisar esta perspectiva geracionalmente. Jennings e Niemi (1974), com a primeira onda do painel, já ressaltaram que a identificação partidária dos norte-americanos é uma dimensão que se cristaliza na infância, sob forte influência dos pais, mas é uma exceção se comparada a outras dimensões atitudinais. Jennings e Markus (1984) observaram, após três ondas do painel, que entre a infância e a adolescência as atitudes tendem a se alternar, não estando prontamente cristalizadas. As atitudes começam a apresentar padrões estáveis de cristalização após os 20 anos.

Como visto, há toda uma tradição teórica preocupada em desvendar o “como” os cidadãos formam suas atitudes, valores e comportamento. Em sua origem, no pós-guerra, o objetivo era entender esse processo para que agentes externos pudessem interferir para evitar males políticos como a xenofobia e a etnofobia; mas também esse conhecimento foi aplicado estrategicamente em diversos sistemas políticos que passavam por período de reestruturação institucional, como os cerca de 30 países da terceira onda de democratização que se iniciou na década de 1970. Entre estes, alguns com ajuda internacional e outros de maneira independente, desenvolveram projetos de educação cívica em escolas ou em comunidades para darem suporte ao desenvolvimento de uma cultura congruente com o regime.

### 3. O PARLAMENTO JOVEM

O Projeto Parlamento Jovem (PJ) enquadra-se como projeto de educação cívica. De acordo com a conceituação oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, “O Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros, que cria para os jovens uma oportunidade de exercício de participação no Parlamento” (ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2013 ). O PJ foi concebido através de uma parceria entre a PUC Minas, representada pelo curso de Ciências Sociais, e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), por intermédio da Escola do Legislativo desta instituição (ELMG). Em 2004, entre os meses de fevereiro e novembro, a primeira versão do PJ foi realizada.

O PJ possui uma estrutura estabelecida, portanto, como esse estudo analisa a edição de 2008, se apresentará o PJ ao descrever o procedimento dessa edição. O Projeto iniciou-se com a seleção das escolas que participaram da edição pela equipe coordenadora da PUC Minas e ALMG. Sete escolas, entre públicas e privadas, participaram da edição. As escolas selecionadas foram responsáveis pela mobilização dos alunos.

O processo de seleção dos participantes, alunos do ensino médio, pode acontecer de duas maneiras: a própria escola seleciona aqueles alunos que se destacam por possuir conhecimento diferenciado dos demais (melhores alunos), ou abre um processo de inscrição em que oferece aos discentes a opção de participarem ou não, deixando que a escolha seja feita por iniciativa dos alunos (qualquer aluno). Dessa forma, o processo de seleção dos alunos é um ponto relevante para esta pesquisa, pois aqueles que optam por participar, na média, apresentam maior nível de conhecimento se comparado com o grupo de controle.

Simultaneamente a esse processo de preparação para a abertura oficial dos trabalhos, os monitores que participaram da edição de 2008, alunos do curso de ciências sociais da PUC Minas, passaram por treinamentos ministrados por professores de ciência política da universidade e pelo corpo técnico da ALMG.

Para dar início aos trabalhos da edição, reuniram-se todos os participantes para escolherem e votarem o tema que o Parlamento Jovem abordaria durante aquele ano. Antes dessa sessão, as escolas participantes enviaram à coordenação do projeto temas que gostariam de discutir. A coordenação fez o exercício de aglutinar da melhor forma possível os temas por grau de afinidade, através de temas e subtemas. Sistematizadas as propostas de temas, ocorreu o evento de lançamento, onde estes foram apresentados aos alunos participantes, juntamente com explicações técnicas preliminares sobre os mesmos. Após as dúvidas dos participantes serem esclarecidas, iniciou-se o primeiro processo de discussão,



em que os alunos, por meio de inscrição, tomavam a palavra e faziam defesas sobre o tema que julgasse favorito. Após essa discussão, iniciava-se a votação.

Escolhido o tema, iniciou-se uma jornada de formação e capacitação política dos participantes, em que foram abordados tópicos como democracia, cidadania, participação política e poder legislativo, além de debates sobre o próprio tema da edição conduzidos por especialistas. Estabeleceu-se uma agenda de atividades com as oficinas realizadas pelos monitores nas escolas semanalmente, visitas técnicas, oficinas técnicas e oficinas lúdicas para munir os participantes de informações a ponto de prepará-los para o desafio de propor “leis” para o Estado em relação ao tema escolhido.

Os participantes, durante esse período de formação, além de se informarem, realizaram atividades de aproximação e ambientação com o Poder Legislativo e a política. Como, por exemplo, a visita à ALMG, que lhes proporcionaram ver de perto os espaços de discussões, conhecer os procedimentos legislativos, o funcionamento das comissões técnicas, mesa-diretora, entres outros aspectos, que contemplam até mesmo o contato e a aproximação com os deputados estaduais. No decorrer do projeto, com as oficinas e visitas na ELMG e ALMG, esperou-se que os alunos participantes se sentissem mais à vontade em frequentar este ambiente.

Pautados pela própria metodologia participativa adotada pelo Parlamento Jovem Minas, nas oficinas, os participantes são desafiados a resolver problemas políticos práticos através de dinâmicas e atividades lúdicas. Essas atividades permitem que os participantes extrapolem a convivência de seu círculo de amigos da própria escola, possibilitando que conheçam outros participantes, que poderão em momentos de negociações se aliarem para defender as pautas comuns.

Após o período de formação, debates e construção de propostas de leis, iniciou-se a última etapa do projeto, a Plenária Final. Essa é a principal experiência de vivência dos jovens no Poder Legislativo oferecida pelo projeto. Em Minas Gerais, os participantes do PJ não simulam as atividades parlamentares, mas, de fato, as propostas aprovadas pelos alunos tramitarão na ALMG como iniciativas de leis. Caso cumpram os requisitos constitucionais e institucionais, podem vir a virar Leis Estaduais.

No dia 5 de julho de 2008, aconteceu de fato o grande evento do PJ, a realização da Plenária Final. Os alunos, reunidos na Assembleia Legislativa, tomaram o lugar dos deputados por um dia, e, assim, com energia de quem acredita que está mudando a realidade, trabalharam para propor novas ideias e ações para o Estado de Minas Gerais. Das 35 propostas enviadas à Plenária Final, por meio dos procedimentos formais da ALMG, que envolveram debates, defesas e votações dos participantes, foram priorizados 15 projetos, que compuseram o documento final entregue à Comissão de Participação Popular (CPP).

#### 4. METODOLOGIA

Para analisar se há mudanças de atitudes no público alvo do Projeto Parlamento Jovem, o método utilizado foi de natureza quantitativa e fez uso da técnica de “quase-experimento”. Segundo Triola (2005), “*Em um experimento, aplicamos algum tratamento e passamos, então, a observar seu efeito sobre os sujeitos*” (TRIOLA, 2005, p. 17), ou seja, busca-se identificar causalidades em relação ao fenômeno observado. Para a pesquisa aqui desenvolvida, utilizou-se de um quase-experimento com toda a coorte do Parlamento Jovem de 2008, ou seja, um censo. Não se configurando propriamente em um experimento por não observar a aleatoriedade dos participantes e do grupo de controle.

As metodologias que possuem a pretensão de medir efeitos causais, como os experimentos e quase-experimentos, trabalham com pelo menos dois grupos: um de tratamento, indivíduos expostos à intervenção; e um grupo de controle, que são indivíduos emparelhados não expostos ao programa. O grupo de controle possui a função comparativa que possibilita isolar o que de fato é ganho originado do projeto ou política, e não pelos contextos que a geração estava exposta.

Em experimentos e quase-experimentos, outro fator relevante é a variável tempo. Para mensurar quais foram as transformações que ocorreram ao longo de um período em decorrência de uma intervenção, as avaliações são compostas de, no mínimo, duas ondas, em que os indivíduos são entrevistados no início da intervenção (PJ), *ex-ante*, e posteriormente, esses mesmos indivíduos são entrevistados ao final, *ex-post*. Dessa forma, os dados aqui analisados se estruturam em quatro níveis de informações: dos participantes e não participantes (tratamento e controle) nos tempos 1 e 2 (antes e após as atividades do projeto). A coleta de dados realizada anteriormente à intervenção, tempo 1, é chamada também de “Marco Zero”. No tempo 1, ou marco zero, a aplicação dos questionários aconteceu entre os meses de fevereiro e março, antes do PJ começar), com todos os 175 alunos participantes, além dos 176 alunos que fizeram parte do grupo de controle, totalizando, assim, 351 entrevistas. Os questionários no tempo 2 foram aplicados entre os meses de Agosto e Outubro de 2008, logo após o término do PJ. Entretanto, por diversos problemas, 16 entrevistados (entre tratamento e controle) do tempo 1 não responderam ao pós-teste, além disso, 41 inscritos no PJ abandonaram suas atividades (não chegaram a participar de nenhuma delas) e esses foram excluídos da análise. No total (pré-teste e pós-teste) foram utilizadas para a pesquisa 294 entrevistas, sendo 126 entre participantes do PJ e 168 do grupo de controle.

Em termos metodológicos, há um viés conhecido entre os grupos de tratamento e controle. Como já mencionado neste estudo, os jovens que se interessam em participar do

PJ geralmente demonstram ter mais interesse e, em consequência, possuem maiores informações sobre a política, em relação aos colegas que não quiseram ou não foram escolhidos para participar. Dessa forma, cabe analisar se o grupo de tratamento e controle possuem a similaridades adequadas para subsidiar o estudo tendo em vista esses aspectos em relação à seleção dos participantes e do grupo de tratamento, pois a qualidade do quase-experimento está associada à qualidade do pareamento dos grupos.

#### **4.1. Ferramentas de análise**

Como ferramentas analíticas foram utilizadas as técnicas de análise de regressão logística, teste de qui-quadrado e técnica de diferença em diferença.

Análise de regressão logística: é uma técnica estatística que permite a análise multivariada e tem como objetivo produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica. A interpretação do modelo estatístico por meio percentual é feito da seguinte forma: calcula-se o exponencial do beta menos um e multiplica-se por cem  $[(Exponencial\ do\ Beta - 1) \cdot 100]$ . A variável que reflete o efeito do Parlamento Jovem é a interação do tempo e tratamento. Desse modo, no modelo estatístico apresentado a seguir, a variável *(tempo\*tratamento)* configura-se como a que possui maior relevância para esse estudo, pois mostra o efeito do Parlamento Jovem sobre as atitudes ao ser controlada pelas variáveis independentes, que são elas: escolaridade dos pais, tipo de escola, série escolar, propensão em debater, interesse por política, postura crítica e religiosidade.

A técnica de Diferenças em Diferença (Dif. em Dif.) consiste da subtração do tempo 2 pelo tempo 1 e do grupo de tratamento pelo de controle. Dessa subtração, o resultado igual ou próximo a 0, quer dizer que há pouca ou nenhuma mudança nas atitudes, permanecendo o entrevistado com o mesmo posicionamento no tempo 1 e no tempo 2. Quanto maiores os resultados positivos alcançados, maiores os ganhos. Estes resultados ainda são comparados entre os grupos de tratamento e controle. Se os resultados dos participantes forem maiores do que o do grupo de controle, a diferença entre eles mostrará o que de fato é efeito do programa de educação cívica Parlamento Jovem.

O teste de qui-quadrado é uma das distribuições mais utilizadas em estatística inferencial. Este teste serve para avaliar quantitativamente a relação entre o resultado de um experimento e a distribuição esperada para o fenômeno. Isto é, ele nos diz com quanta certeza os valores observados podem ser aceitos como regidos pela teoria em questão. O teste foi utilizado para observar se há ou não significância estatística entre o valor observado e o esperado ao se comparar os resultados obtidos pelo grupo de controle e tratamento ao se subtrair a variável do tempo 2 pelo tempo 1.

#### 4.2. Tratamento das variáveis dependentes – Atitudes na Escola (Espírito Democrático)

Quatro variáveis foram selecionadas: a primeira, diz respeito a uma situação de escolha do representante de turma; a segunda, refere-se aos procedimentos para escolher o destino de uma excursão pelo representante de turma; a terceira, formas de resolução de problemas pelo grupo; e por fim, o posicionamento dos alunos frente a um debate com o professor.

“O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?” Tinham a opção de escolher entre: “Aluno escolhido pela diretoria da escola, mas com as qualidades desejáveis” ou “Aluno escolhido pela maioria da turma, mas sem as qualidades desejáveis”. Em um regime democrático, espera-se que as decisões sobre os representantes sejam tomadas coletivamente e não impostas sem consulta aos cidadãos por agentes detentores do poder. Desse modo, a decisão coletiva é soberana, configurando-se assim, como uma ação mais democrática. A primeira opção foi categorizada como 0 e a segunda como 1.

Foi perguntado aos entrevistados: “O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?” As opções de respostas eram: “Tomaria a decisão sozinho, pois meus amigos confiam em mim”, ou “Levaria a decisão para o resto da turma discutir e votar”. Aqueles que disseram que tomariam a decisão sozinho devido os amigos confiarem nele é considerado menos democrático do que aqueles que levariam a decisão para o restante da turma discutir e votar. A primeira opção foi categorizada como 0 e a segunda como 1.

Foi perguntado: “Na sala de aula, quando há um problema que precisa da escolha da maioria o que seria melhor na sua opinião? Colocar o problema em votação sem perder tempo com discussões, ou colocar o problema em debate, gastando tempo e adiando a votação?” Aqueles que preferiram o debate, mesmo que este gastasse tempo ao ponto de ser necessário o adiamento da votação são considerados mais democráticos do que aqueles que simplesmente colocariam o tema para votação sem antes proporcionar um momento de explanação dos pontos de vista e difusão de informações. A primeira opção foi categorizada como 0 e a segunda como 1.

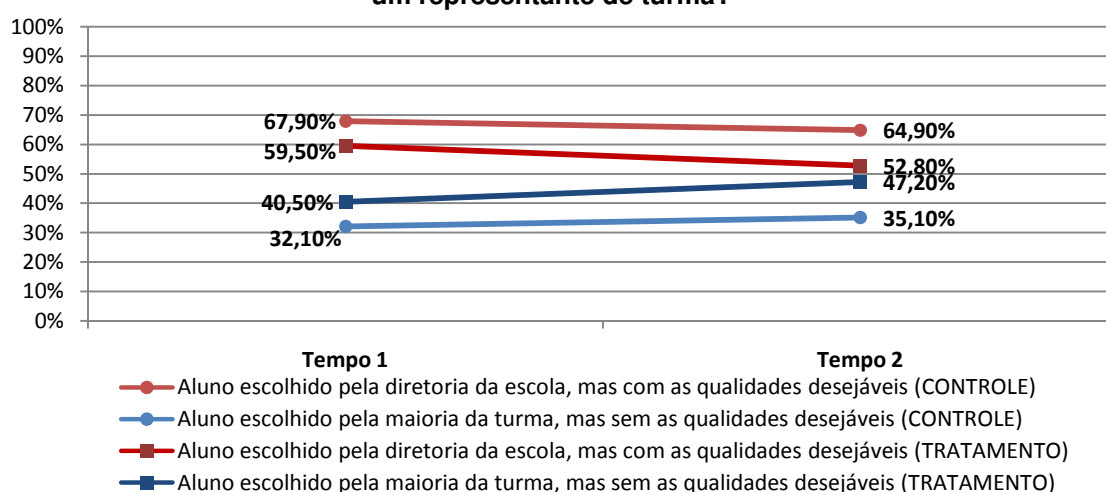
Por fim, a última variável selecionada diz respeito ao posicionamento do aluno em debates com seus colegas e professores. Foi perguntado: “Em um debate na escola com professores e alunos, você...” a) “guardaria sua opinião só para você ou conversaria depois só com colegas” ou b) “Defenderia em público sua opinião”. Aqueles que dispuseram a se expressar publicamente debatendo suas opiniões em público pertencem a um perfil mais desejável ao regime democrático. A primeira opção foi categorizada como 0 e a segunda como 1.

## 5. O efeito do PJ sobre as atitudes dos jovens participantes

A escola é um agente de socialização eficiente de crianças e jovens, como visto na revisão da literatura, e também, é o ambiente alvo do Parlamento Jovem. Desse modo, espera-se que seja perceptível a influência dele sobre o espírito democrático destes jovens em relação à vivência cotidiana na escola. Espírito democrático é um conceito abstrato em que as atitudes são congruentes com o esperado em um regime democrático, expressas, nesse caso, no ambiente escolar.

Como representado no Gráfico 1, a maior parte dos entrevistados acharam que seria melhor a diretora escolher o perfil mais adequado para o representante de turma. Os participantes do Parlamento Jovem (grupo de tratamento) começaram com um posicionamento mais democrático em relação ao grupo de controle, sendo 40,50% que gostariam que o representante fosse escolhido pela maioria, mesmo ele não tendo o melhor perfil, contra 32,10% defendido pelos não participantes. Nota-se que, no tempo 2, o grupo de tratamento se diferencia ainda mais do grupo de controle, adotando uma postura ainda mais democrática, em consequência, menos autoritária, de 40,50% que defendiam a escolha coletiva passaram para 47,80%. Os que preferiram a escolha feita pela diretora caíram de 59,50% para 52,80%. No grupo de controle também houve ganhos de atitudes democráticas, mas estes foram mais modestos do que os dos participantes do PJ, inicialmente, eram 32,10% que apresentaram atitudes democráticas, e no tempo 2, esse número cresceu para 35,10%.

**Gráfico 1 – Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?**

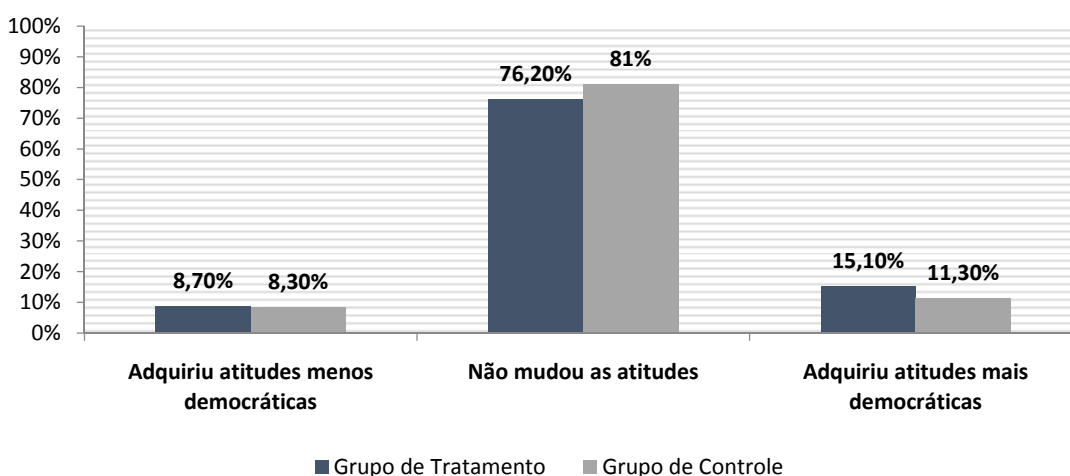


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao analisar as mudanças de atitudes em relação à escolha dos representantes de turma por meio da técnica da subtração do tempo 2 pelo tempo 1, percebe-se com maior detalhamento como as mudanças ocorreram de fato. A maior parte dos participantes

mantiveram-se coerentes entre o tempo 1 e o tempo 2, não mudando suas atitudes, como indica o Gráfico 2. Porém, os participantes do Parlamento Jovem tiveram uma mudança maior, 23,80%, se comparados com o grupo de controle, 19%. A direção predominante da mudança de atitudes ocorreu em um sentido mais democrático para ambos os grupos analisados, portanto, os participantes do Parlamento Jovem tiveram maior expressividade, 15,10%, enquanto o grupo de controle ficou 11,3%.

**Gráfico 2 – Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - O que seria mais adequado na escolha de um representante de turma?**



**Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.**

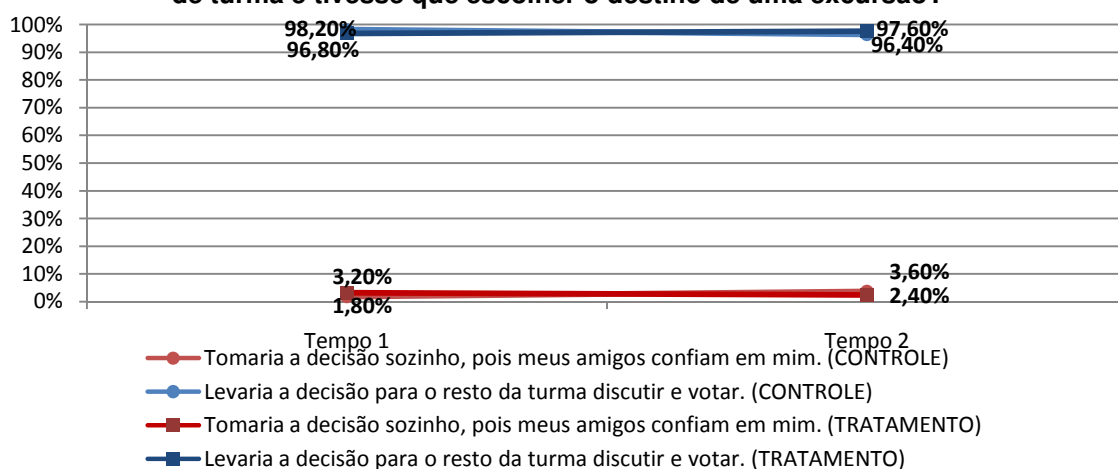
De acordo com o teste de qui-quadrado identificou-se que há relação estatística significativa ao nível de 95% entre o posicionamento dos participantes e não participantes no tempo 2 e a maneira de escolha do representante de turma ( $\chi^2 = 4,106$  e  $p < 0,05$ ). Pode-se afirmar assim, que os participantes, ao final do projeto, possuíam atitudes mais democráticas do que os não participantes em relação à escolha do representante de turma. Mas, não se pode afirmar que esse efeito foi decorrente do PJ, pois, não se identificou significância estatística entre as mudanças de atitudes encontradas e os grupos de controle e tratamento ( $\chi^2 = 0,964$  e  $p > 0,1$ ). Ou seja, os participantes do Parlamento Jovem já começam o projeto com um posicionamento mais democrático do que o grupo de controle ( $\chi^2 = 2,177$  e  $p < 0,1$ ), e no tempo 2, como visto, se tornaram ainda mais democráticos. Mas, ao considerar as mudanças ocorridas, essas não puderam ser atribuídas ao PJ, por não haver relação estatística entre os grupos. Esses testes demonstraram o efeito do viés caracterizado pelo perfil dos participantes, que somente pelo fato de participarem do PJ sugere-se que estes tenham mais interesses e informações sobre política do que o grupo de controle, como descrito na metodologia.

Sobre a segunda pergunta: “O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?” o Gráfico 3 mostra que, quase a totalidade dos entrevistados preferiram levar a decisão para ser discutida e votada pela

turma. No tempo 1, 96,80% dos participantes escolheram essa opção e houve uma ligeira ascensão no tempo 2 para 97,60%. O grupo de controle, 98,20% defenderam a deliberação da turma no tempo 1, e no tempo 2, esse percentual teve uma leve queda indo para 96,40%.

Nesse caso, a priori, o potencial do efeito do Projeto Parlamento Jovem é praticamente nulo, isto porque os jovens já apresentavam, em quase sua totalidade, um posicionamento democrático, não tendo o projeto uma margem para proporcionar mudanças. Ainda assim, no tempo 2 se observou uma ligeira elevação do grupo de tratamento.

**Gráfico 3 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: O que você faria se fosse representante de turma e tivesse que escolher o destino de uma excursão?**

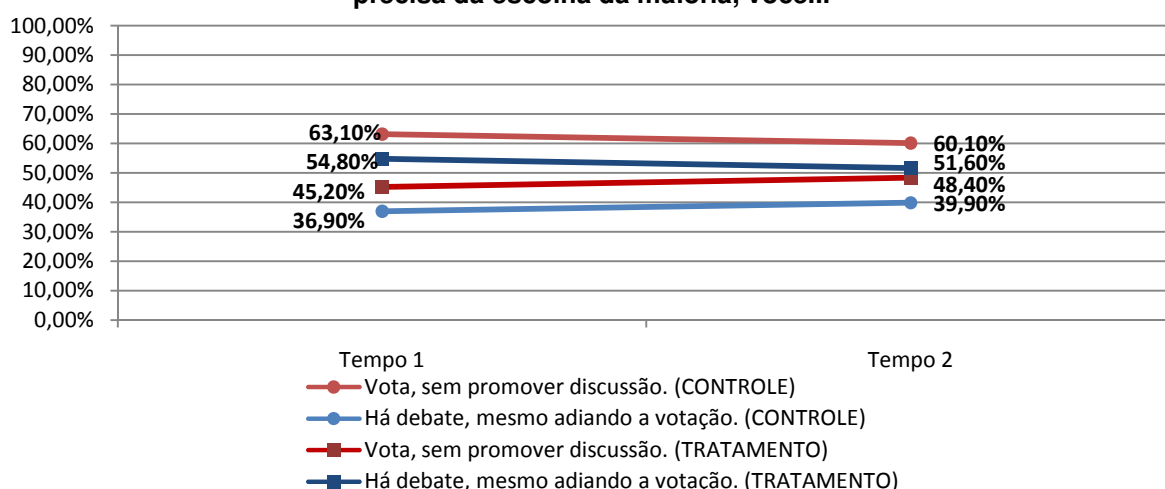


**Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.**

A terceira variável avaliada dentro da dimensão das atitudes na escola em relação ao espírito democrático foi: “Na sala de aula, quando há um problema que precisa da escolha da maioria o que seria melhor na sua opinião? Colocar o problema em votação sem perder tempo com discussões, ou colocar o problema em debate, gastando tempo e adiando a votação?”. Novamente, os participantes do Parlamento Jovem começaram o tempo 1 com um posicionamento mais democrático do que o grupo de controle, foram 54,80% contra 36,90% que preferiram abrir o debate mesmo que tivessem que adiar a votação. A maior parte do grupo de controle, 63,10% preferiu votar, sem promover discussões.

Ao longo do tempo, um efeito curioso foi observado. O grupo de controle, mesmo com um posicionamento menos democrático, mudaram suas atitudes no sentido democrático. Inicialmente, os que abririam o debate eram 36,90% no tempo 1, e passaram para 39,90% no tempo 2, como mostra o Gráfico 4. Paradoxalmente, o grupo de participantes do PJ apresentou um aumento de atitudes menos democráticas, ou seja, 45,20% votariam sem fazer debates e esse número cresceu para 48,40% no tempo 2.

**Gráfico 4 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Quando há um problema que precisa da escolha da maioria, você...**



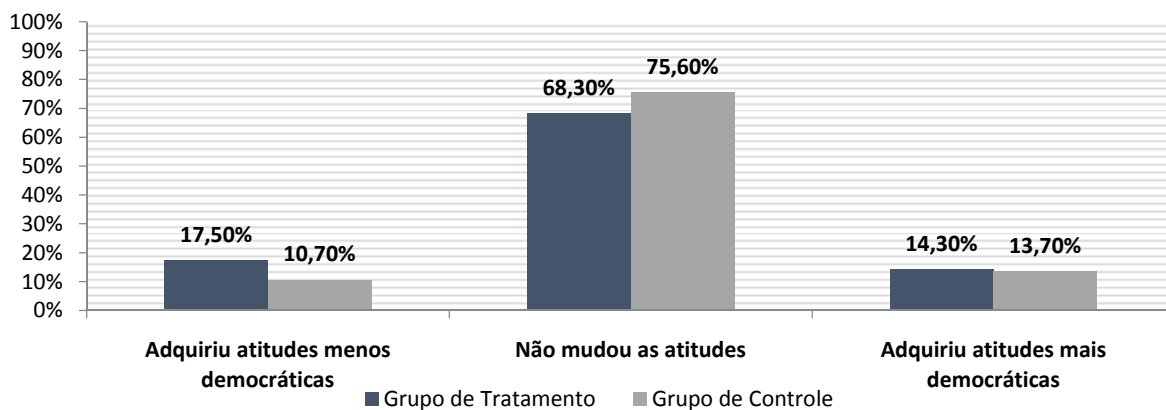
**Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.**

Ao analisar as mudanças de atitudes por meio da subtração dos resultados do tempo 2 pelo tempo 1, percebe-se que o grupo de tratamento obteve mudanças de 31,70% das atitudes em relação a essa variável, já o grupo de controle tiveram mudanças de 24,40%. Como retrata o Gráfico 5, 14,30% dos integrantes do grupo de tratamento adquiriram atitudes positivas em relação ao espírito democrático contra 13,70% do grupo de controle. No entanto, 17,5% dos participantes do Parlamento Jovem adquiriram atitudes negativas, menos democráticas, enquanto apenas 10,70% do grupo de controle a contraiu. Ou seja, o saldo da mudança de atitudes foi negativo para os participantes do PJ.

De modo geral, pode-se afirmar com o nível de confiança estatística de 99% que os participantes do Parlamento Jovem iniciaram o tempo 1 com um posicionamento diferenciado em relação ao grupo de controle em uma direção mais democrática ( $\chi^2 = 9,293$  e  $p < 0,01$ ). Apesar de se observar maiores mudanças de atitudes em um sentido antidemocrático no tempo 2, o grupo de tratamento ainda assim continuou com uma diferença significativa ao nível de 95% ( $\chi^2 = 3,988$  e  $p < 0,05$ ). No entanto, ao realizar o teste de qui-quadrado entre as diferenças das mudanças de atitudes no tempo 2 menos o tempo 1 e os grupos de tratamento e controle, não houve significância estatística para afirmar que existe uma dependência entre a aquisição de atitudes negativas e a participação do PJ. Ou seja, não foi possível associar as mudanças de atitudes observadas com a participação ou não do Parlamento Jovem. Novamente, nessa variável, observou-se o viés da escolha dos participantes no PJ em contraponto ao grupo de controle.



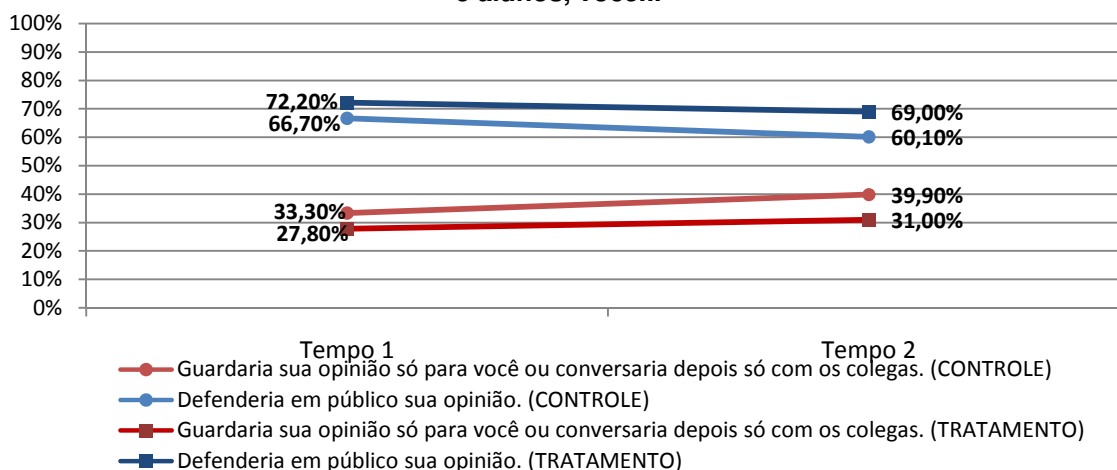
**Gráfico 5 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você...**



Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Por fim, a última variável analisada é: “Em um debate na escola com professores e alunos, você...” a). “guardaria sua opinião só para você ou conversaria depois só com colegas” ou b) “Defenderia em público sua opinião”. A maioria dos entrevistados, tanto do grupo de controle, 66,70%, quanto do grupo de tratamento, 72,20%, demonstraram possuir a predisposição de se posicionarem em público. Percebe-se que o grupo de tratamento no tempo 1 começou com uma vantagem de cerca de 6 pontos percentuais em um sentido mais democrático do que o grupo de controle. Como exposto no Gráfico 6, ao passar do tempo, ambos os grupos perderam atitudes democráticas, sendo o grupo de controle o que mais sofreu. Entre aqueles que disseram defender sua opinião em público, o grupo de tratamento começou com 72,20% e caiu para 69%; o grupo de controle no tempo 1 começou com 66,70% e caiu para 60,10%. Consequentemente, aqueles que guardariam a opinião apenas para si ou conversaria com um colega aumentaram.

**Gráfico 6 - Frequências no Tempo 1 e no Tempo 2: Em um debate na escola com professores e alunos, você...**

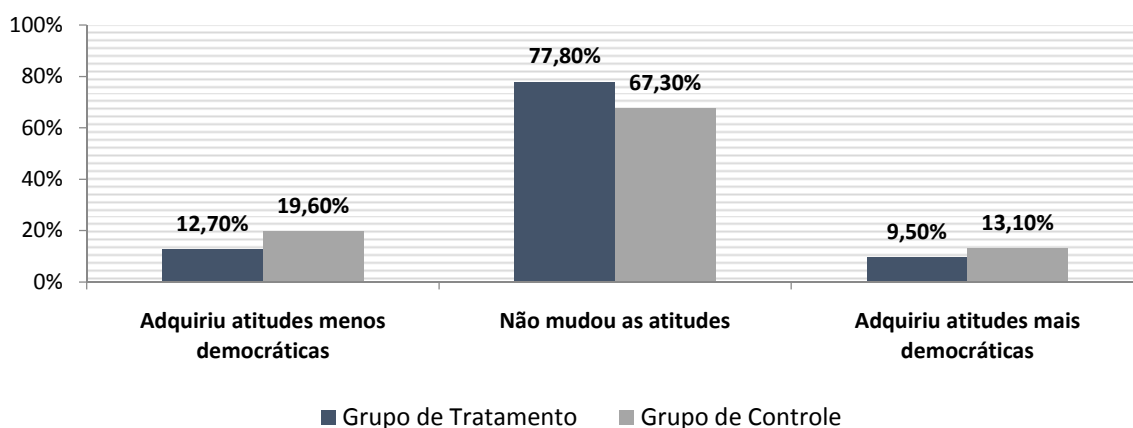


Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

O Gráfico 7 apresenta as diferenças de atitudes do tempo 2 para o tempo 1. Observou-se 22,20% de mudanças de atitudes no grupo de tratamento, sendo que 12,70% referiram-se a aquisição de atitudes menos democráticas e 9,50% de aquisição de atitudes mais democráticas, ou seja, as mudanças no sentido negativo prevaleceram sobre o sentido positivo. No entanto, o grupo de controle perdeu mais do que o grupo de tratamento. Foram 32,70% desse grupo que mudaram suas atitudes, sendo 19,60% em uma direção menos democrática e 9,5% em uma posição mais democrática.

Os testes estatísticos de qui-quadrado mostraram que a diferença de posicionamento do grupo de controle e tratamento no tempo 1 não são estatisticamente significantes para essa variável ( $\chi^2 = 1,039$  e  $p > 0,1$ ). Também, no tempo 2, apesar da diferença de posicionamento entre os grupos se acentuar não se pode afirmar que existe uma associação entre opinar em debates na escola e ser ou não participantes do Parlamento Jovem ( $\chi^2 = 2,489$  e  $p > 0,1$ ). Observa-se que o grupo de controle mudou com maior intensidade suas atitudes em um sentido antidemocrático do que os participantes do PJ.

**Gráfico 7 - Diferenças de mudanças de atitudes entre o grupo de tratamento e controle - Em um debate na escola com professores e alunos, você...**



**Fonte:** Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

De modo geral, a partir dos testes de significância estatística apresentados para as variáveis dessa dimensão, não foram encontrados efeitos significativos do Projeto Parlamento Jovem em relação ao espírito democrático dos jovens no ambiente escolar. Também, não se verificou um padrão de mudanças claro entre as variáveis analisadas, ou seja, ora se observava mudanças em um sentido mais democrático, ora a tendência era antidemocrática, ora a mudança foi singela, não havendo contraste entre o tempo um e o tempo dois. Para verificar com maior precisão o efeito ou não do Parlamento Jovem sobre os participantes foi feito um modelo estatístico multivariado de regressão logística expresso na Tabela 1. Como descrito na metodologia, o efeito do Parlamento Jovem sobre as atitudes é visualizado na interação (multiplicação) da variável tempo pela variável participação no projeto (tratamento), pois esta representa o efeito líquido do programa.

De fato, ao analisar o modelo de regressão logística, não se verificou efeito estatisticamente significativo do PJ sobre a mudança de atitude democrática dos alunos, porém, a magnitude do beta aponta para uma direção de tendência a um efeito positivo. De fato, importa para a determinação dessas atitudes as características da família, o tipo de escola em que os jovens estudam e suas características individuais. Os alunos que possuíam pais com escolaridade elevada tiveram 47,20% a mais de chances de escolherem um representante de turma de modo mais democrático do que os alunos com pai de baixa escolaridade. Pais que possuíam um perfil participativo elevavam em 27,90% as chances dos filhos fazerem a escolha democraticamente. Tendo como referência os alunos da escola pública, jovens que estudavam em escola de classe média possuíam 134,90% mais chance de escolherem os representantes de turma de forma deliberativa. Os alunos de escola de elite tiveram 135,80% mais chance em relação a categoria de referência. Em relação à resolução de problemas, alunos de escolas de classe média elevavam em 155,40% suas chances de resolverem de forma democrática, e os alunos de escola de elite possuíam 191,30% mais chance, em relação aos alunos da escola pública. As escolas militares não influenciaram as atitudes democráticas em relação ao espírito democrático para a maior parte das variáveis dependentes.

As características individuais dos jovens também são importantes na formação das suas atitudes políticas. Jovens que possuíam uma postura crítica tiveram 78,70% mais chance de escolherem o líder democraticamente, 69,70% mais de chance resolverem os problemas dessa forma e 89,90% mais chance de se posicionarem em um debate com professores, do que aqueles que não possuem postura crítica.

Para a variável “posicionamento em debate com professores e alunos”, foram significantes as características individuais e a religiosidade. De maneira geral, as igrejas foram responsáveis por impactar positivamente as atitudes políticas dos jovens em relação ao espírito democrático. A religiosidade aumentou 35,10% as chances dos jovens resolverem os problemas democraticamente e 52,20% as chances de se posicionarem em um debate com professores se comparados aos que não são religiosos. Sobre a escolha do destino da excursão, ser religioso aumentou 16 vezes a chance de uma atitude democrática.

**Tabela 1 – Razões de Chance Estimada com Modelo de Regressão Logística 2 para Variáveis Dependentes: dimensão das atitudes na escola (espírito democrático)**

Variáveis Independentes	Escolha do Representante de Turma	Escolha do Destino da Excursão	Resolução de problema (escolha da maioria)	Posicionamento em debate com professores a alunos
	Razão de Chance Exponencial (Erro Padrão)	Razão de Chance Exponencial (Erro Padrão)	Razão de Chance Exponencial (Erro Padrão)	Razão de Chance Exponencial (Erro Padrão)

<b>Intercepto</b>	0,167*** (0,465)	14,235** (1,217)	0,179*** (0,419)	0,110*** (0,551)
<b>Tempo</b>	1,139 (0,255)	0,462 (0,744)	1,190 (0,241)	0,499** (0,331)
<b>Tratamento</b>	1,171 (0,284)	0,726 (0,319)	2,224** (0,270)	0,914 (0,055)
<b>Tempo * Tratamento</b>	<b>1,080</b> <b>(0,385)</b>	<b>2,985</b> <b>(1,098)</b>	<b>0,698</b> <b>(0,364)</b>	<b>1,593</b> <b>(0,511)</b>
<b>Escolaridade dos Pais</b>	1,472** (0,182)	2,387** (0,493)	1,122 (0,168)	0,915 (0,228)
<b>Participação dos Pais</b>	1,279*** (0,102)	0,730 (0,260)	0,987 (0,888)	1,165 (0,140)
<b>Escola Pública</b>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
<b>Escola Militar</b>	1,306 (0,398)	5,447* (1,250)	0,849 (0,348)	1,534 (0,451)
<b>Escola de Classe Média</b>	2,349** (0,432)	1,404 (1,022)	2,554*** (0,386)	0,884 (0,522)
<b>Escola de Elite</b>	2,358** (0,497)	0,851 (1,208)	2,913*** (0,451)	1,811 (0,610)
<b>Primeiro Ano</b>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
<b>Segundo Ano</b>	2,019*** (0,213)	1,080 (0,014)	1,199 (0,202)	0,822 (0,282)
<b>Terceiro Ano</b>	2,991*** (0,213)	0,502 (0,721)	1,303 (0,305)	0,856 (0,422)
<b>Propensão a debater</b>	0,762 (0,223)	0,774 (0,623)	1,106 (0,207)	32,296*** (0,271)
<b>Interesse por política</b>	0,935 (0,229)	1,259 (0,672)	0,818 (0,217)	1,207 (0,287)
<b>Postura Crítica</b>	1,787*** (0,242)	1,069 (0,660)	1,697*** (0,223)	1,899*** (0,289)
<b>Religioso</b>	0,829 (0,210)	17,618*** (0,781)	1,351* (0,205)	1,522* (0,284)
<b>N</b>	588	588	588	588
<b>Qui-quadrado</b>	95,328***	30,191***	65,897***	287,650***

Obs: O (Erro Padrão) de cada coeficiente está entre parênteses.

Nota: \* p < 0,1 ; \*\* p < 0,05; \*\*\* p<0,01. (Teste Uni-caudal)

No modelo, o 1 representa sucesso: posicionamento democrático

Fonte: Pesquisa “O parlamento Jovem como espaço de socialização política”.

Ao incluir as variáveis de controle no modelo estatístico também percebeu-se que o comportamento dos impactos das variáveis independentes nas variáveis dependentes indicam uma tendência do PJ em influenciar seus participantes a um posicionamento mais democrático (percebido pela magnitude do beta). No entanto, não foi encontrada significância estatística para afirmar um impacto positivo comprovado cientificamente. As variáveis sobre o perfil da família, tipo de escola e religiosidade causaram impactos importantes e positivos sobre as atitudes do espírito democrático na escola. A família, a escola e a igreja são instituições de socialização primária e secundária dos indivíduos, e as atitudes políticas aqui observadas são influenciadas principalmente por elas, não tendo o Parlamento Jovem a mesma força de formação das atitudes nessa dimensão.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao analisar os vetores das direções das mudanças perceptíveis sobre a atitude dos alunos (espírito democrático), ressalta-se que os ambientes socializadores como a família e a escola desempenharam um papel importante na formação das atitudes políticas. Ou seja, as agências de socialização primária e secundária são capazes de incutir em seus membros valores e atitudes fortes que poderão ser sustentados pelos indivíduos ao longo de suas vidas.

Portanto, vale recuperar o seguinte debate que permeia os estudos de socialização política: como os cidadãos adquirem competências cívicas e atitudes congruentes com o regime no qual vivem? De acordo com a linha clássica, esse processo de mudanças de atitudes acontecem a longo prazo à medida que a sociedade se moderniza e as gerações são substituídas (HYMAN, 1959; GREENSTEIN, 1968; EASTON & DENIS, 1969). Desse modo, de acordo com a literatura clássica apresentada, a infância é considerada a fase crucial do desenvolvimento, nela os indivíduos estão sujeitos à aquisição e à cristalização das atitudes políticas, pois estas são estabilizadas ao longo da vida adulta.

A linha contemporânea das teorias da socialização política considera que pode haver descontinuidades expressivas na sociedade a curto e a médio prazo, uma vez que se observa mudanças de atitudes em todas as etapas da vida, ou seja, as atitudes são maleáveis (JENNINGS & NIEMI, 1974; JENNINGS & MARKUS, 1984; SEARS & VALENTINO, 1997). No entanto, os dados trabalhados parecem indicar que a literatura clássica tem mais força explicativa do que a literatura contemporânea, devido a não observância aparente de mudanças estatisticamente significantes. Pois, apesar de haver mudanças essas são irrisórias se comparadas aos entrevistados que se mantiveram estáveis entre o tempo 1 e o tempo 2. A análise desenvolvida demonstrou, portanto, o quanto as instituições família e escola são importantes na formação de atitudes políticas resistentes.

Porém, de acordo com Finkel (2010), a atitude é a dimensão do comportamento político que muda em menor velocidade. Talvez seja por isso que, no curto período de quatro meses de duração do PJ, não se observou mudanças significativas provindas diretamente do projeto no sentido esperado. Além disso, como o Parlamento Jovem também é uma instância socializadora, ele pode gerar efeitos tardios em seus participantes. No entanto, a metodologia utilizada (quase-experimento de duas ondas – tempo 1 e 2) não permite fazer essa análise temporal mais ampla, pois presumiria uma terceira onda de entrevistas após um certo período do término da edição. Desse modo, esse trabalho se limita aos resultados imediatos observados ao término do programa.

Embora, aparentemente, os dados apresentados levem à um enquadramento nos pressupostos da teoria clássica, as evidências apresentadas não são o suficiente para refutar as teses da linha contemporânea. Pois, como dito, além das limitações do PJ enquanto experiência de socialização política, as técnicas de pesquisa utilizadas não são capazes de captar os efeitos tardios e os efeitos de reforço das atitudes que os jovens já possuem.

## 7. BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: UNB, 2000.

CASALECCHI, G. Á. **Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012

EASTON, D. & DENNIS, J. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. **American Political Science Review**, v.82, n.4, p.1203-29, 1988.

FINKEL, S. E. Can Democracy Be Taught? **Journal of Democracy**, v. 14, p. 137-151, 2003.

FUKS, M. & FIALHO, F. Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). **Opinião Pública**, v. 15, p. 82-106, 2009.

FUKS, M. e CASALECCHI, G. A. Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro. Trabalho apresentado a **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** (ANPOCS), 2011

GALSTON, W. Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education, **Annual Review of Political Science**, 2001.

GREENBERG, Edward S. **Political socialization**. New York: Atherton, c1970. 199p.

HYMAN, H. **Political socialization: a study in the psychology of political behavior**. Glencoe: The Free Press, 1959.

JENNINGS, M. K. e NIEMI, Richard G. **The political character of adolescence: the influence of families and schools**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

JENNINGS, M. K; MARKUS, G. B. Partisan Orientations over the Long Haul: Results from the Three-Wave Political Socialization Panel Study. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 4, p. 1000-1018, 1984.

KROSNICK, J. A. American's perceptions of presidential candidates: a test of the projection hypothesis. **Journal of Social Issues**, v. 46, p. 159 –182, 1990.

NIEMI, R. G. & SOBIESZEK, B. L. Political Socialization. **Annual Review Sociology**, v.3, p. 209-233, 1977.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SAPIRO, V. Not your parents' political socialization: Introduction for a New Generation. **Annual Review Political Science**, v. 7, n. 1, p. 1-23, 2004.

SLOMZYNSKI, Kazimierz; SHABAD, Goldie (1998), "Can Support for Democracy and the Market Be Learned in School? A Natural Experiment in Post-Communist Poland". **Political Psychology**, vol. 19, n. 4.